

## EDITORIAL

### Estado e políticas educacionais: leituras e discussões

Paulo Gomes Lima – UFSCar-Sorocaba\*

Abrir o primeiro número de um periódico com a discussão sobre o Estado e as políticas educacionais é uma grande oportunidade de socialização de conhecimentos e atualização sobre os eixos que sustentam a constituição histórica de seus fundamentos. Ao trabalhar no programa de Mestrado em Educação da UFSCar-Sorocaba uma disciplina denominada "Tópicos: Estado e Políticas Públicas da Educação", fizemos uma provocação aos alunos matriculados, dentre regulares e especiais, sobre a necessidade de refletir os significados e sentidos das leituras sobre políticas públicas a partir da obra de Martin Carnoy (1988)<sup>1</sup> e tivemos um retorno significativo na aceitação de tal discussão.

Nos trabalhos que compõem o presente dossiê são identificáveis os percursos e eixos dos paradigmas das políticas, alguns de seus equívocos de ordem conceitual na leitura da totalidade social e as consequências desencadeadas na relação de produção, força de trabalho dentre outros. Se é importante a pesquisa sobre a base de política clássica sobre os arranjos da sociedade atual, também é importante a projeção de propostas que façam a reflexão sobre sua validade, atualização ou não frente aos desafios da contemporaneidade.

Em publicação recente<sup>2</sup> observamos que as políticas educacionais são um recorte das políticas públicas, estas entendidas como caminho ou curso de ação preferido a outros pelas autoridades constituídas para o enfrentamento de questões ou problemas sociais. A sua efetivação é expressada em leis, regulamentos e normativas oficiais nas ações do governo; portanto, trata-se do Estado em ação no atendimento ou provimento de demandas ou como afirma Hofling (2001, p.31), do Estado "[...] implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade".

Palumbo (1994) caracteriza as políticas públicas como "[...] um processo, ou uma série histórica de intenções, ações e comportamentos de muitos participantes"; nessa direção complementam Marran e Lima (2013), não se limitando, somente, a uma lei, pois sua construção se dá junto ao desenvolvimento dos fatos, num fluxo de construção, reconstrução e adaptação. Em sentido mais estrito, quanto à política pública, Palumbo (1994, p. 8), vai defender que a "[...] sua manifestação visível é a estratégia adotada pelo governo para solucionar problemas públicos", assim cada um dos problemas circunscritos a um corte estratégico de um país, como por exemplo, a educação, a saúde, a alimentação, o transporte, dentre outros setores poderiam ser caracterizadas como políticas públicas de corte social.

Como parte de uma política pública, a política educacional é pensada e estruturada em um ciclo que compreende: a agenda, a formulação, a implementação e a avaliação. A agenda se refere a identificação de demandas sociais advindas de distintos segmentos sociais e de múltiplos participantes. A formulação da política caracteriza-se pela composição do texto político, as contribuições de seus representantes internos e externos (os internos podemos dizer são os legisladores e externos, os consultores ou especialistas em áreas específicas, como por exemplo a do direito, antropologia, etc. A implementação corresponde ao momento de se colocar a política pensada por meio de programas, projetos e ações estratégicas organizadas para fazer frente às demandas identificadas na agenda. E finalmente a avaliação, momento de analisar a validade ou não da política. Nesse sentido, pode ser avaliado a eficiência, eficácia, efetividade da política e os resultados do alcance das políticas.

Segundo Vidovich (2001), algumas questões que podem ser consideradas quando da formulação do texto da política são: a) Quando começou a construção do texto de política e 'porque agora' ou neste momento?; b) Quais grupos de interesse (partes interessadas) foram representados na produção do texto da política e quais foram os excluídos?; Quais processos foram usados para construir o texto de

\*Editor responsável. Docente do PPGED e do Departamento de Ciências Humanas e Educação. E-mail: paulolima@ufscar.br

<sup>1</sup>CARNOY, M. *Estado e teoria política*. 2ª ed. Campinas: Papyrus, 1988.

<sup>2</sup>LIMA, P.G. Diversidade nas políticas educacionais no Brasil. cad. Pes., São Luís, v. 23, n. Especial, set./dez. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2229.v.23n.especial/p27-42>. Acesso em 10.02.2017.

política e por quê?; d) Quais compromissos foram feitos entre os grupos de interesse diferentes (partes interessadas) e como eles foram alcançados?; e) que interesses as políticas se propõem a cumprir?; f) Quais são os discursos dominantes do texto da política e os discursos que são excluídos?; g) Qual é a intenção ou propósito da política?; h) Na proposta da política elaborada, há agendas escondidas ou não explícitas?; i) Quais valores são refletidos na política?; j) Quais são as questões que constituem o foco da política, estas se referem a agendas de política global e internacional?; k) Quais são os principais conceitos ou conceitos-chave da política proposta?; l) Qual é o formato/tipologia de política adotado e por quê? m) Qual é a linguagem da política e por quê?; n) Há incoerências e contradições no texto política?; o) Quem é o público-alvo do texto política?; p) O texto da política é acessível ou compreensível para o público?; q) As etapas para 'implementação' são claramente definidas e integrantes do texto de política?; r) O processo de implementação terá recursos ou será financiado? s) Existe um mecanismo especificado para avaliar a política? Estas questões não esgotam as leituras possíveis do contexto da produção do texto da política, entretanto, constituem-se como elementos de reflexão que, em maior ou menor medida, poderão contribuir para melhor sua melhor compreensão.

No contexto da avaliação da política, Vidovich (2001) propõe as seguintes indagações ancoradas em saber "quais foram as forças ou efeitos que atuaram sobre o contexto da implementação prática da política? A essas seguem: a) Esta política está sendo implementada numa variedade de contextos?; b) Como se diferenciam as práticas de políticas para a realidade que foi desenhada?; c) São evidentes as influências globais/internacionais no contexto da prática da política local?; d) Quem pode ter acesso e quem efetivamente a acessa?; e) A interpretação da política é aberta e clara para os implementadores?; e) Como a política foi recebida pelos implementadores?; f) Quem colocou a política em prática e por quê?; g) Quais processos foram usados para colocar a política em prática e por quê?; h) Em que medida a política é resistida (ativa ou passivamente)?; i) A resistência é coletiva ou individual?; j) Em que medida a política é transformada em cada uma das instituições no processo de implementação? k) O processo de implementação das políticas, bem como os seus efeitos foram previstos?; l) Os implementadores das políticas fazem parte do contexto para o qual ela foi projetada?; m) Os implementadores são capazes de responder e de se reunir prontamente para atender as necessidades localizadas no domínio do contexto da prática política?; n) Quais foram as consequências ou efeitos não intencionais no processo de implementação da política?; o) Qual é o impacto da política em diferentes agrupamentos localizados com base na classe, gênero, etnia, ruralidade e deficiência?; p) Existem vencedores ou perdedores no contexto da prática ou processo de implementação da política?

Como vemos são muitas as possibilidades de discussão. Mas em Carnoy algumas reflexões trazidas pelos autores, ainda que em forma de ensaios, são oportunas e atuais para problematização das bases das políticas públicas. Esperamos que a abertura desse Dossiê possa ampliar estudos e discussões sobre a temática a que se propõe, dada a sua recorrência e atualidade.

## REFERÊNCIAS

CARNOY, M. *Estado e Teoria Política*. 2ª ed. Campinas: Papirus, 1988.

HOFLING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. *Cad. CEDES* [online]. 2001, vol.21, n.55, pp.30-41.

LIMA, P. G.; MARRAN, A.L. A avaliação de políticas educacionais por meio da abordagem teórico-analítica do ciclo de políticas. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 41-62, jan/jun. 2013. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em 26.10.2016.

LIMA, P.G. Diversidade nas políticas educacionais no Brasil. *Cad. Pes.*, São Luís, v. 23, n. Especial, set./dez. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2229.v.23n.especial/p27-42>. Acesso em 10.02.2017.

PALUMBO, D. J. *Public policy in America: government in action*. 2. ed. San Diego: Harcourt Brace & Company, 1994. p. 8-29.

VIDOVICH, L. A conceptual framework for analysis of education policy and practices. In: *Australian Association for Research in Education Conference*, 2001, Fremantle. Anais... Fremantle: AARE, 2001.